

NOTA COEGEMAS - GO

O Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social e a Federação Goiana de Municípios se posicionam em desfavor da pretensão do Ministério da Cidadania em deixar os municípios à margem do processo de cadastramentos de cidadãos ao Cadastro Único Federal, inviabilizando o acesso desses sujeitos aos programas sociais, tendo em vista à dificuldade de acesso à tecnologia da população usuária da Política Pública de Assistência Social.

Tal afirmativa se sustenta diante da dificuldade do usuário, no entendimento e na utilização do aplicativo do Auxílio Emergencial, no que culminou em uma alta procura de apoio nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, nos municípios, o que denota o alto grau de dificuldade dos usuários das políticas públicas de acesso à tecnologia. Ressalta-se que parte da população não tem acesso a Smartphones e internet, levando as pessoas a solicitarem ajudar de terceiros, ocasião em que muitos foram vítimas de fraude e roubo.

Além de sua relevância no âmbito federal, o Cadastro Único é um importante instrumento no território o qual centraliza elementos para identificação, compreensão e enfrentamento de possíveis situações de vulnerabilidade e risco social que recaem nas famílias, sendo uma das ferramentas que orienta a implantação dos serviços, benefícios, programas e projetos.

Assim, o COEGEMAS-GO e a FGM posicionam-se contrários as investidas do Governo Federal de mudanças no Cadastro Único, a qual desrespeita as instâncias deliberativas do SUAS e a descentralização política- administrativa.

Por fim, ressaltamos que a proteção social sempre foi um desafio a ser garantido em nosso país, caminhou muito desde a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e muito tem a caminhar. Contudo, na atual conjuntura, no âmbito do ideário neoliberal, as políticas sociais passam por desarticulações, desmontagem dos direitos e restrição de investimentos na área social. Essa conjuntura se caracteriza pelo crescimento da pobreza e desigualdade social no país, presentes historicamente. As desproteções sociais tendem a se agravarem visto tantas ameaças à garantia dos direitos sociais e ao exercício da cidadania.

José de Sousa Cunha
Presidente da FGM

Fabiana Ceciliano
Presidente da Rede de
Primeiras Damas - COEGEMAS